

Bresser garante que nada pagará ao Clube de Paris

WASHINGTON (do Correspondente) — O Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, garantiu ontem que o Governo não pagará ao Clube de Paris a dívida de US\$ 500 milhões (CZ\$ 25,56 bilhões), relacionada ao reescalonamento de débitos vencidos no primeiro semestre deste ano. Esse montante foi cobrado às autoridades brasileiras em correspondência enviada pela instituição na semana passada.

Bresser procurou descaracterizar um rompimento com o Clube de Paris, acrescentando que a iniciativa já era esperada. O Ministro não acredita que isso tenha repercussão negativa nas negociações com os credores privados.

Mais incisivo, o Presidente do Banco Central, Fernando Milliet, classificou ontem o Clube de Paris como instituição burocrática e conservadora. Por sua vez, o Assessor Especial do Ministério da Fazenda, Fernão Bracher, admitia que a atitude do Clube "não veio numa hora feliz". Bracher acrescentou que a resposta do Governo brasileiro será a de buscar novos contatos com a Direção do Clube para retomar as

negociações, apesar de a carta recebida solicitar apenas o pagamento das dívidas vencidas.

A única preocupação manifestada ontem pelo Ministro Bresser Pereira, ao comentar a decisão do Clube de Paris, foi com a continuidade da suspensão dos empréstimos ao Brasil pelas agências oficiais ligadas ao Clube. Está claro, para ele, que essas agências só voltarão a emprestar ao Brasil após o Governo firmar acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

~~Bracher, que deu mais detalhes so-~~bre o assunto, explicou que o acordo feito em janeiro deste ano com o Clube de Paris por Dilson Funaro fixava a data de 30 de junho último para que o FMI fizesse uma avaliação da economia brasileira. Essa avaliação seria a condição para dar validade ao acordo do início do ano de rolagem da parcela principal da dívida vencida com o Clube de Paris no primeiro semestre, no valor aproximado de US\$ 500 milhões.

Posteriormente, ao pedir a prorrogação do prazo de 30 de junho para 30 de setembro, o Governo brasileiro aceitou incluir como nova cláusula a realização de acordo com os ban-

cos credores privados até a data prorrogada. Caso contrário, o Brasil pagaria em três parcelas iguais, neste segundo semestre, o principal vencido no primeiro semestre. Além disso, ficou estabelecido como condição para negociar o principal da dívida que vence neste segundo semestre — mais US\$ 560 milhões — também a assinatura de acordo com o FMI.

O que o Clube de Paris fez na semana passada, portanto, foi cumprir as condições previstas no acordo provisório com o Governo brasileiro. Apenas a condição de um relatório favorável do FMI foi cumprida, restando a segunda, de um acordo com os bancos, que não foi obtido.

A reação do Governo de não honrar o pagamento devido do primeiro semestre foi justificada por Bracher com a estratégia brasileira de não conceder tratamento privilegiado a nenhum dos credores. Bracher ainda lamentou que, ao contrário do Secretário do Tesouro americano, James Baker, que se pronunciou de maneira favorável à proposta brasileira, o Clube de Paris mantenha-se preso a regras e procedimentos.